

Petição Pública pela participação do Estado no capital dos CTT

... e pela salvação do Serviço Postal Universal

BALANÇO DE SEIS ANOS DE GESTÃO PRIVADA
SITUAÇÃO ATUAL
PORQUE DEVE O ESTADO INTERVIR

A caminho da tempestade perfeita

- ▶ Administração chefiada por Francisco de Lacerda, nomeada em Ago/2012, para preparar privatização. Decisão suportada por uma agenda ideológica disruptiva: "ir para além da Troika". Memorando de Entendimento (ponto 3.31 - Privatizações) previa "alienação parcial";
- ▶ Modelo adotado: privatização total, em 2 fases (68.5% em Dez/13, restante em Set/14), com dispersão do capital em bolsa. Outras garantias atribuídas: atribuição de licença bancária e "desarmamento" legal/regulatório (redução de obrigações SU e qualidade, aumento de preços);
- ▶ Feito ao arrepio da situação internacional: nos 50 maiores operadores mundiais, apenas na Holanda e Malásia houve privatização integral. Na Europa, só há mais 6 parcialmente privatizados (AT, BE, DE, GB, GR e IT), em todos eles o Estado manteve controlo acionista; na DK, a privatização foi revertida;
- ▶ Consequências: ausência de acionista(s) de referência, com projeto empresarial próprio; a privatização atraiu investidores de natureza essencialmente financeira, interessados em retornos rápidos; elevada rotação da base acionista - nenhum dos acionistas originais se mantém hoje;
- ▶ Atualmente há apenas 8 acionistas qualificados (>2%), o maior deles com 13,1%, a Manuel Champalimaud SGPS (que entrou em 2015). Pergunta: quem manda na empresa?

Dividendos e bónus: uma política predatória

- ▶ A gestão tem estado orientada para criação de valor acionista de curto prazo: desde 2013, foram distribuídos 344 M€/dividendos (quase 5 vezes o capital social);
- ▶ Maior taxa de dividendo do PSI 20 e maior *payout* de entre os Correios privatizados na Europa. Dividendos elevados comprometem capacidade de investimento produtivo;
- ▶ Em 2016 e 2017 os dividendos foram superiores aos resultados líquidos, mas situação ficou insustentável. Obriga ao recurso a reservas livres e à redução de capital próprio;
- ▶ Apesar disso, o valor da ação caiu de 10.43€, em Nov/15, para cerca de 2.30€, atualmente. Destruição de valor acionista superior a 1.2 biliões de euros. Estima-se que a Manuel Champalimaud SGPS tenha perdido mais de 90 M€;
- ▶ Política de remunerações e prémios ao CA, das mais generosas do PSI 20 (em média, 4.6 M€/ano; antes da privatização eram 0.9 M€/ano), favorece focalização na obtenção de resultados de curto prazo;
- ▶ Neste contexto, acionistas e gestão estiveram desinteressados com o longo prazo.

Falência do modelo de gestão

- ▶ Privatização: uma narrativa atrativa, mas as promessas ficaram por cumprir. Ao contrário da maioria dos seus *peers*, os CTT não cresceram, não diversificaram e não inovaram;
- ▶ Correspondências: a queda de tráfego intensificou-se (-41%, 2012-18); as receitas aguentaram-se, mas à custa de aumentos brutais de preços (a tarifa base do correio normal aumentou 66%, entre 2012 e 2018);
- ▶ Encomendas e Expresso: tráfego cresceu 64% entre 2012 e 2018, mas as receitas apenas 18% e a quota de mercado desceu;
- ▶ Banco: expansão revista em baixa, para um terço das lojas iniciais; em 2018 representou apenas 3% dos rendimentos dos CTT (metade, são transferências internas); o rácio de transformação de recursos em crédito é de 28% (média nacional do setor: 90%). Prejuízos acumulados de 70M;
- ▶ Os negócios com contributos positivos para o EBITDA continuam a ser os mais tradicionais, as correspondências e os serviços financeiros;
- ▶ Privatização não melhorou o grau de diversificação de negócios, dos mais baixos a nível mundial, no setor: as correspondências valem 70% das receitas (44%, no setor) e 80% dos resultados.

Uma situação financeira periclitante

- ▶ Resultados (ainda) positivos, mas em queda continuada, obtidos por expedientes em via de esgotamento. Venda de património equilibróu contas (Sede: 25 M€, R. da Palma: 10 M€, ...);
- ▶ Descapitalização acelerada: capital próprio passa de 184 M€ em 2017, para 147 M€, em 2018; Fundo de Maneio dos CTT reduziu de 153 M€, em 2015, para 29 M€, em 2018, atingindo valores negativos em parte do ano, pela 1ª vez na empresa. Risco de rotura de liquidez;
- ▶ Necessidades imediatas de fundos próprios (+/- 15 M€), para a Transporta e a Tourline Express, resultantes da acumulação de prejuízos nestas subsidiárias, para as quais não existe *free cash-flow* de exploração;
- ▶ Reforço do capital do Banco feito com possível mobilização de empréstimo de 75 M€ do BBVA/Bankinter (o 1º na história dos CTT). Necessidades de financiamento futuras poderão passar pelo *lease back* de todo o património restante, terrenos e edifícios;
- ▶ 321 Crédito: ex-BPN Crédito, vendida pelo Estado em 2014 por 36 M€ e comprada pelos CTT por 100 M€; negócio de rentabilidade muito duvidosa (preço: 20 vezes o EBITDA médio da empresa);
- ▶ *Outlook* muito pessimista: queda de tráfego do correio, menor aumento tarifas, multas Anacom.

Antes e depois: alguns números

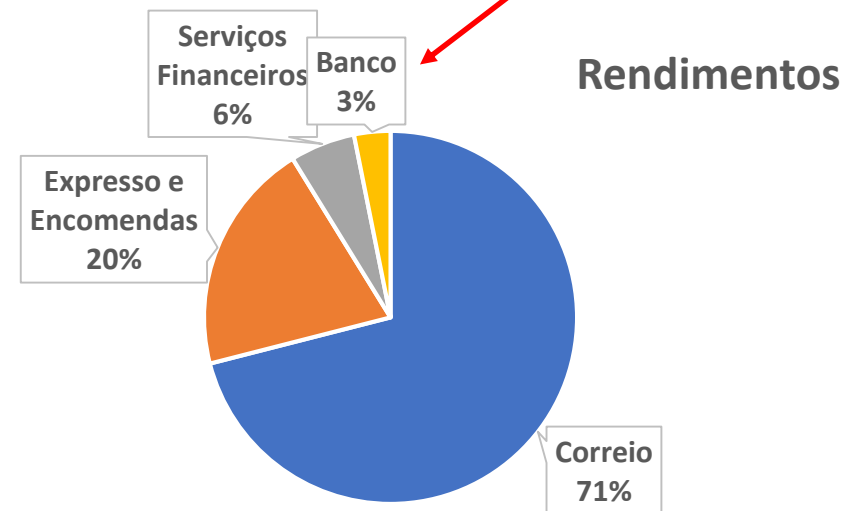
Cobertura	2012	2018	Δ 2012-18
Estações de Correio	748	538	-210
<i>Concelhos sem Estação</i>	0	33	33
Postos de Correio	1814	1845	31
Centros Distribuição Postal	326	230	-96
Giros de distribuição	5215	4701	-514

Rendimentos (M€)	2012	2018	$\Delta\%$ 2012-18
Correio*	559	531,9	-4,8%
Expresso e Encomendas*	128	151,2	18,1%
Serviços Financeiros*	57,7	42,3	-26,7%
Banco*	0	23,6	
<i>* Recorrente</i>			
Total reportado	714,2	717,5	0,5%

Receitas anémicas, provenientes dos negócios tradicionais. Banco revelou-se um flop.

Redução de cobertura da rede postal intensificou-se. Desapareceu 1/3 da rede. Há 33 concelhos sem Estação

Peso negligenciável do Banco



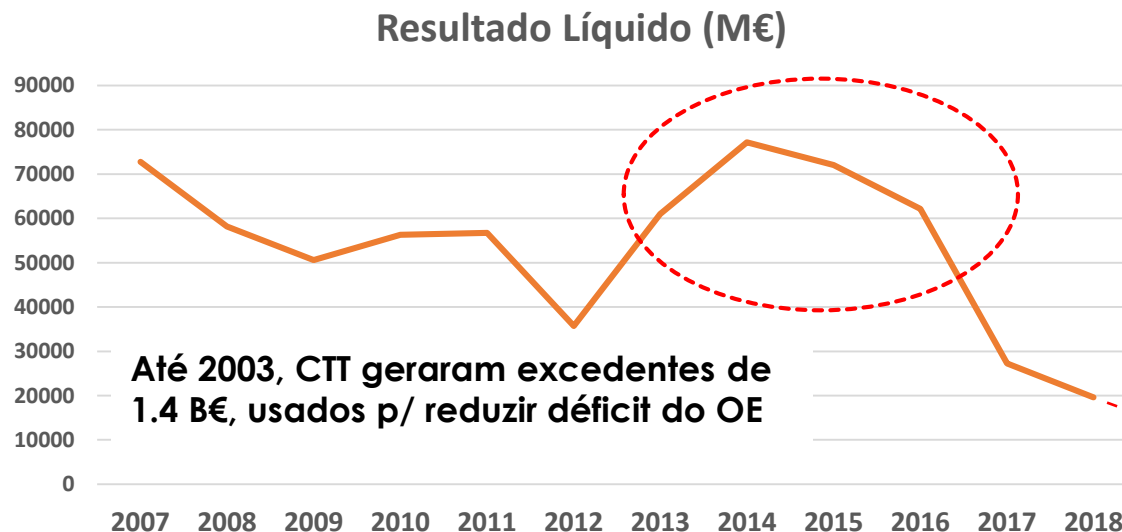
Fonte: Relatórios de gestão dos CTT

Antes e depois: alguns números

	CTT	Setor*
Δ% Rendimentos	2012-18	2013-16
Correio	-4,8%	2,9%
Expresso e Encomendas	18,1%	23,4%

* Fonte: IPC - Global Postal Industry Report, 2017

Negócio estagnou, em contraste com evolução internacional (onde até o correio cresceu...)



. CTT públicos sempre foram lucrativos, no passado mais que agora

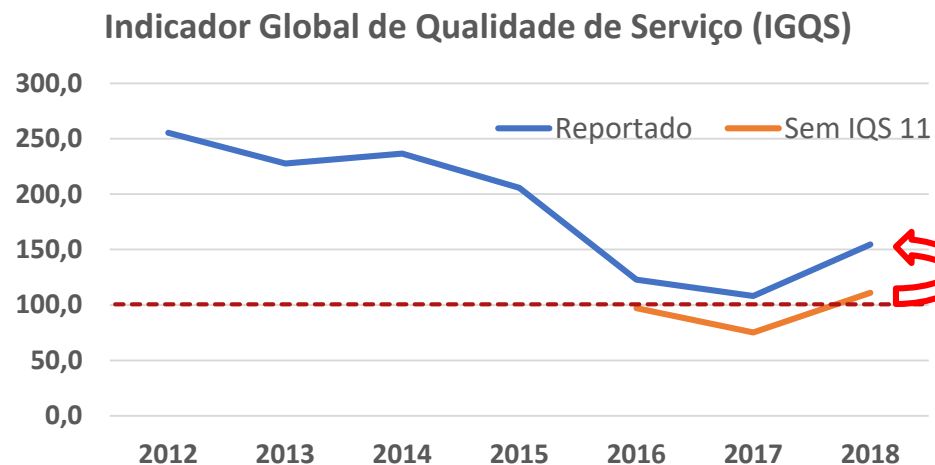
. Lucros em queda, após o fim do efeito “bolha de preço”

Fonte: Relatórios de gestão dos CTT

Não compete à Regulação corrigir o rumo da gestão

- ▶ Apenas a alteração do método de cálculo, em 2016, permitiu que CTT cumprissem a meta fixada para o indicador global de qualidade (IGQS), o qual, mesmo assim, caiu para metade do habitual, no pior triénio de sempre na história dos CTT;
- ▶ Entre um terço e metade dos indicadores do IGQS ficaram abaixo do objetivo, nestes anos. As metas da Diretiva Postal Comunitária foram violadas, pela 1ª vez;
- ▶ Mantém-se a pressão para o encerramento de Estações: antes da privatização apenas 2 concelhos não tinham Estação de Correios, agora são 33 concelhos e os CTT pretendem aumentar este nº para 48, com 411 mil habitantes. Está também já em curso um plano que visa o encerramento de cerca de metade dos Centros de Distribuição, numa centena de localidades;
- ▶ Após anos de laxismo, há um surto de ativismo por parte do Regulador: imposição de metas de qualidade muito exigentes e evolução desfavorável de preços, com impacto negativo conjunto nos resultados, superior a 20 M€;
- ▶ O papel do Estado não pode limitar-se ao exercício da função regulatória. Colocar o Regulador a intervir de forma indireta na gestão da empresa não garante que as distorções e os riscos são eliminados, pode até agravá-los.

Como se “domestica” a qualidade



Novo IQS11 (registos, com ponderação de 30%) fez subir o IGQS entre 25 e 45 pontos

Indicadores de Qualidade (IQS)	2016	2017	2018
Nº total	11	11	11
Não cumprem objetivo	6	5	4
Não cumprem mínimo	1	2	2

Em 2018, 4 dos 11 indicadores estiveram abaixo do objetivo, 2 abaixo do mínimo

- . QS internacional, definida pela Diretiva EU, ficou pela 1ª vez abaixo do objetivo
- . A informação mensal de qualidade foi retirada do site e das Estações, agora é divulgada apenas 1 vez/ano

Situação crítica exige resposta urgente

- ▶ Crescentes constrangimentos institucionais, clima de confronto e perda do capital de confiança por parte de todos os *stakeholders* da empresa (clientes, acionistas, trabalhadores, população, autarquias e regulador);
- ▶ Degradação dos níveis de qualidade e violação das obrigações do SPU;
- ▶ Em risco o papel insubstituível dos CTT, enquanto garante de coesão social e territorial e a sua resposta às necessidades de vastos segmentos vulneráveis da população (idosos, isolados, pessoas com limitações motoras, não bancarizadas ou info-excluídas);
- ▶ Agravamento da complexidade legal e do custo do processo de renovação do Contrato de Concessão do SPU, no final de 2020 - atual gestão aposta na confrontação e deu a entender que SPU pode vir a custar ao Estado muitas dezenas de Milhões €/ano;
- ▶ A gestão aliena património, contrai empréstimos, entra em negócios ruinosos, desinveste e desnata o core, por transferência de produtos e negócios rentáveis para o Banco CTT, distribui dividendos superiores aos lucros e continua a atribuir chorudos prémios ao CA;
- ▶ Risco real de colapso financeiro, por esgotamento do modelo de negócio e ausência de liderança acionista;
- ▶ Quanto mais tarde for a intervenção do Estado, mais cara ficará a solução.

Salvar o SPU, reentrar no capital dos CTT

- ▶ O apoio público à reentrada do Estado no capital dos CTT é largamente maioritário, de acordo com sucessivas sondagens de opinião:
 - ▶ “CTT devem ser renacionalizados?” - 54% (Correio da Manhã, 22/12/17)
 - ▶ “A privatização deve ser revertida?” - 69% (RTP1 Prós e Contras, 29/01/18)
 - ▶ “Portugal deve nacionalizar os CTT?” - 58% (Fórum TSF, 21/01/19)
- ▶ Cenários de entrada possíveis, em contexto e a preços de mercado atuais:
 - ▶ 1) Alto - tomada de posição acionista até 1/3 do capital (115 M€)
 - ▶ 2) Baixo - até 20% (69 M€)
- ▶ Não é investimento a “fundo perdido”: os CTT são rentáveis e haverá retorno;
- ▶ Solução é aceitável pela EU (resposta da Comissária Europeia para o Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME, Elżbieta Bieńkowska);
- ▶ Não se propõe a (re)nacionalização ou o resgate, que são vias recheadas de litigância, morosas e de êxito duvidoso.